

LIXÕES NA MIRA DO TCE



Política de resíduos sólidos e saneamento do Estado será alvo de fiscalizações pelo controle externo. Além de incluir o tema no PFA 2023/2024, Tribunal de Contas integra acordo de cooperação que criou o comitê gestor para tratar a questão no Rio Grande do Norte.

Página 09

ENCONTROS CAPACITAM
JURISDICIONADOS
NO INTERIOR

Página 03

RETOMADO COM
SUCESSO SIMPÓSIO
JURÍDICO-PROCESSUAL

Página 05

TCs FAZEM OPERAÇÃO
PARA MELHORAR
A EDUCAÇÃO

Página 07

LIVRO RESGATA O
PIONEIRISMO DA
CONSELHEIRA
LINDALVA TORQUATO

Página 12



PLANEJAMENTO E AUDITORIA

O secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN), Cleyton Marcelo Medeiros Barbosa, apresentou o segundo módulo do Programa de Formação Continuada de Auditoria do Tribunal de Contas do Paraná, evento promovido pela Escola de Gestão Pública daquela Corte de Contas, com objetivo de aprimorar o corpo técnico do TCE-PR. Barbosa ministrou a palestra Planejamento e Auditoria: Tendências e Desafios.

Na palestra, Barbosa evidenciou uma das fases mais importantes pela qual todo auditor passa quando vai realizar uma fiscalização: o planejamento. Na ocasião, foram discutidos referenciais no planejamento de auditoria, tendo como parâmetro os sistemas utilizados para as fiscalizações realizadas nos TCEs do Rio Grande do Norte e de Goiás. Além disso, o secretário do TCE-RN levantou reflexões sobre o papel da auditoria no setor público, que é caracterizado como essencial, pois fornece aos órgãos legislativos, aos responsáveis pela governança e ao cidadão informações e avaliações independentes e objetivas sobre a gestão e o desempenho de políticas, programas e operações governamentais.

PRESTAÇÃO DE CONTAS



A auditora do TCE, Larissa Almeida, ministrou palestra no IV Encontro de Procuradores e Advogados dos Poderes Legislativos do Rio Grande do Norte, evento realizado na Câmara Municipal de Parnamirim, apresentando o tema “Julgamento da prestação de contas pelo Legislativo”. Na ocasião, abordou aspectos relacionados com as competências constitucionais e legais do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte para o exercício do controle externo, em especial no tocante à apreciação das prestações de contas e sua repercussão no julgamento realizado pelas Casas Legislativas.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A Auditora de Controle Externo Indira Celli Xavier da Silva Gomes representa o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN) no Workshop de Resultados da Auditoria Coordenada sobre Violência de Gênero, realizado na cidade de Santiago do Chile, nos dias 17, 18 e 19 de maio.

O objetivo da oficina foi conhecer os principais resultados alcançados por cada uma das equipes executoras no marco da Auditoria Coordenada da Violência contra a Mulher, ocasião em que se discutem as constatações resultantes das questões de auditoria.

No último dia do evento, a Cooperação Alemã - GIZ ofereceu um Workshop de Comunicação que teve como objetivo a reflexão sobre a importância e o impacto de uma comunicação efetiva dos resultados da Auditoria Coordenada.

Em âmbito local, a fiscalização está sendo desenvolvida pela Diretoria de Administração Direta (DAD), conduzida pelas Auditoras Indira Xavier e Fladjane Souza, com supervisão técnica da Auditora Anne Carvalho, e consiste na realização da Auditoria Operacional sobre Violência de Gênero, coordenada pela Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS). O objetivo geral é avaliar a eficácia e a eficiência das ações governamentais, seja em planos ou programas, em prol da erradicação da violência contra as mulheres, durante o período 2019-2021, incluindo o impacto da pandemia.

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

O Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) disponibilizou a ferramenta para que membros dos controles internos dos entes jurisdicionados aos Tribunais de Contas iniciem o trabalho de autoavaliação do portal da transparência do órgão ao qual prestam serviço. Esta é uma das etapas do PNTD, que tem o objetivo de padronizar, orientar, estimular e induzir a transparência pública, além de fomentar o acesso a informações públicas e a participação social.

Para fazer a autoavaliação, o usuário deve acessar o sistema neste link: <https://avalia.he-rokuapp.com/>. Também foi disponibilizado, como forma de facilitar o trabalho, um tutorial sobre como fazer o cadastro de usuário e preencher o questionário, acessível por este outro link: https://drive.google.com/file/d/1G6H_wt1rmDiiODSsaW0JmbN8nCQNY4WU/view?usp=drivesdk

O objetivo do levantamento é a transparência ativa, aquela por meio da qual se disponibilizam dados de forma espontânea, independente de solicitação. No Rio Grande do Norte, devem fazer a autoavaliação todos os órgãos das esferas municipal e estadual, incluído os poderes judiciário, legislativo e executivo. O prazo para enviar as informações é até o dia 14 de julho de 2023.

SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Antônio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA
Renato Costa Dias

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

CONSELHEIRO CORREGEDOR
Paulo Roberto Chaves Alves

CONSELHEIRO OUVIDOR
Carlos Thompson Costa Fernandes

CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA
Tarcísio Costa

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS
Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro
Antonio Ed Souza Santana
Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL
Ricardo Henrique da Silva Câmara

SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO
Cleyton Marcelo Medeiros Barbosa

CONSULTOR GERAL
Andréa da Silveira Lima Rodrigues

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Teresa Cristina Dias Diógenes

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE
Procurador-Geral
Luciano Silva Costa Ramos

PROCURADORES
Thiago Martins Guterres
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Ricart César Coelho dos Santos

EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:
Viktor Marcio Bruno Vidal

EDITOR: Eugênio Parcelle da Silva

REPORTAGEM: Isaac Lira

PRODUÇÃO: Fátima Moraes

PROJETO GRÁFICO: Fernando de Souza

Diagramação: Alcino Fernandes

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690
Petrópolis - Natal/RN
CEP: 59.012-360

Telefone: (84) 3642-7278
Site: www.tce.rn.gov.br
E-mail: tce-ccs@rn.gov.br
[Facebook.com/tcedom](https://www.facebook.com/tcedom)
Twitter: TCE_RN
Instagram: tce_m

ENCONTRO REGIONAL EM MARTINS

Representantes de prefeituras e câmaras de 36 municípios da região do Alto Oeste, tendo Martins como cidade anfitriã, participaram do segundo Encontro com Gestores Públicos Municipais, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado, por meio da Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, em parceria com a Federação dos Municípios do RN (Femurn) e Federação das Câmaras Municipais (Fecam/RN). Na abertura do evento, realizado no dia 14/06, o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, ressaltou a importância das parcerias entre instituições e do trabalho compartilhado para levar conhecimento aos gestores no interior do Estado. “Durante a pandemia, nós até fizemos eventos em formato virtual, mas é diferente. Precisamos sair das quatro paredes para sentir aquilo que o povo sente”, disse. Jales lembrou que a Escola de Contas, que em 2023 completa 20 anos de existência, integra a Rede de Escolas Judiciais e de Governo (Rejug), lançada recentemente para oferta compartilhada de serviços. Ao mesmo tempo, enfatizou a importância de se ter Femurn e Fecam, além da UFRN, como parceiras no projeto. “O TCE está atuando no seu viés de formação, de orientação, para a boa gestão pública e otimização dos recursos públicos.” Também integraram a mesa de abertura o conselheiro Tarcísio Costa, diretor da Escola de Contas; o procurador-geral do Ministério Público de Contas, Luciano Ramos; o presidente da Câmara Municipal de Parnamirim e da Fecam/RN, Wolney França; a prefeita de Pau dos Ferros e vice-presidente da Femurn, Mariana Almeida; e o presidente da Câmara Municipal de Martins, Francisco Avelino. Na programação foram realizadas as seguintes palestras: “Governança e Gestão na Administração Pública”, com o pró-reitor Adjunto de Planejamento da UFRN, Josué Vitor de Medeiros Júnior; “Contas de governo dos prefeitos: inovações e boas práticas”, ministrada pelo Secretário de Controle Externo, Cleyton Barbosa; “Contratação Temporária por excepcional interesse público”, pelo auditor de Controle Externo Victor Rafael Fernandes Alves; “Avaliação de Políticas Públicas para toma-



Encontro reuniu representantes de 36 municípios do Alto Oeste

da de decisões”, proferida da auditora de controle externo, Anne Carvalho; “A Administração Pública e a Sustentabilidade: Case do TCE/RN”, por Marília do Socorro, do setor de Sustentabilidade do TCE; e “O Sistema de Controle Interno sob a ótica da Resolução nº 018/2022-TCERN”, por Francisco Nascimento, que é secretário de Controle Interno do TJRN. Na quinta-feira, segundo e último dia do encontro, foi a vez das palestras “Novo Marco Legal de Saneamento Básico: pontos de atenção”, por Anne Carvalho; “Ouvidorias Inteligentes no Serviço Público”, por Ana Eleonora (coordenadora da Ouvidoria) e Vinícius Toscano (Diretor de Informática); “A importância do Planejamento Estratégico para a Administração Pública”, pelo coordenador de Planejamento Estratégico, Ricardo Villaçat; “Ações do TCE na área de Educação”, por Aleson Amaral, Diretor de Administração Municipal do TCE; e “Gestão e Fiscalização de contratos administrativos à luz da nova Lei de Licitações”, pelo procurador de Contas Thiago Guterres.

Aberto em Natal, capital do Estado, o Encontro Regional teve prosseguimento em Martins e ainda estão previstos encontros em Mossoró, 12 e 13 de julho; e Caicó, dias 16 e 17 de agosto. Cada pólo agrega os municípios da respectiva região para o evento.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS CÂMARAS MUNICIPAIS

O Tribunal de Contas do Estado, a UFRN e a Federação das Câmaras Municipais formalizaram a adesão ao convênio para compartilhamento do robô Kairós, tecnologia desenvolvida para a otimização do trabalho das ouvidorias. A partir de agora, as câmaras municipais também poderão utilizar a ferramenta que conseguiu, no âmbito do TCE, diminuir o tempo para resposta às demandas da Ouvidoria. A assinatura aconteceu no evento “Inteligência Artificial aplicada às ouvidorias dos municípios do RN”.

Para o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Gilberto Jales, os resultados do Kairós são fruto da parceria entre as instituições. “O legado do Kairós pode ser sintetizado numa palavra: parceria; trazendo resultados importantes, acelerando processos, possibilitando economia de recursos atendendo com eficiência as demandas da população”, relatou o presidente.

De forma mais imediata, com o uso da tecnologia o tempo de respostas das demandas solicitadas à ouvidoria do TCE foram reduzidas de 40 dias para uma média de 2,76 dias. “Essa parceria é um case de sucesso e foi selecionado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas - Atricon para ser apresentado no laboratório de boas práticas para todos os TCs do país”, destacou.

Na abertura do evento, o presidente da Federação das Câmaras Municipais do RN, Ivanildo dos Santos Costa, elogiou a iniciativa do Tribunal de Contas em disseminar a tecnologia para os municípios. “Vamos nos adequar, adquirir mais experiência e avançar nos processos de transparência e agilidade. Trata-se de mais evolução para as prefeituras e câmaras municipais”, disse, lembrando e agradecendo ao conselheiro Tarcísio Costa, responsável pela intermediação da parceria do TCE com a UFRN. O acesso ao Kairós não implica em custos.

Diretor-geral do Instituto Metrópole Digital, da UFRN, o professor José Ivonildo Rego ressaltou a importância do conjunto de parcerias que o TCE mantém com a UFRN, agregando competências e esforços em prol do desenvolvimento de pesquisas que impliquem em melhorias das políticas públicas. “Estamos num mundo digital, qualquer instituição, pública ou privada, não pode preceder da Tecnologia da Informação. O desenvolvimento de tecnologia possibilita grandes

benefícios e o pleno cumprimento da missão institucional”, disse.

Em seguida, foram realizadas três palestras relacionadas ao encontro das ouvidorias com a tecnologia. Na primeira, a coordenadora técnica da Ouvidoria de Contas do TCE, Ana Eleonora, fez um passeio histórico pelo desenvolvimento da ideia de ouvidoria até a atualidade, enfatizando o avanço que vem ocorrendo, o que pode ser demonstrado inclusive pelos indicadores. Em 2019, registraram 42 prefeituras com ouvidorias ou algum tipo de canal de comunicação, agora em 2023 o número aumentou para 145. No caso das

Câmaras Municipais, em 2019 eram 16, hoje são 122. “Os números são animadores”, disse.

Responsável pelo Kairós, o corregedor da UFRN, Elias Jacob, ensinou que tudo começa com uma ideia. “Existe uma forma de pegar dados e transformar em conhecimento, buscando resultados, atendendo as demandas da população”. O diretor de informática do TCE, Vinicius Toscano, mostrou como foi a implantação do Kairós no Tribunal e as funcionalidades adquiridas. “É uma ferramenta que dá uma grande assistência a ouvidoria”, destacou.



Evento apresentou aos participantes as facilidades com a implantação do robô Kairós

SIMPÓSIO DA ÁREA JURÍDICO-PROCESSUAL

A retomada do Simpósio Jurídico-Processual do TCE-RN, depois de cinco anos, foi marcada pelo lançamento do JurisConta, uma ferramenta idealizada pela Consultoria Jurídica que utiliza as redes sociais para apresentar novidades da área de direito e do controle externo. “A partir das diretrizes do planejamento estratégico, a proposta é estreitar a comunicação institucional. Isso pode ser feito de várias formas, seja através de encontros como este, que promove uma maior aproximação com o jurisdicionado, assim como com projetos como o JurisConta, que vai reunir e disponibilizar numa mesma plataforma temas relacionados ao mundo jurídico”, explicou o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, na abertura do evento.

Organizado em parceria com o setor de Jurisprudência e a Assessoria de Comunicação Social, além de disseminar conhecimento, a proposta é abrir um espaço para interação, tudo num formato agradável e convidativo. “A partir de agora o cidadão poderá acompanhar, periodicamente, em nossas redes, a corujinha do JurisConta divulgando informações de relevância”, destacou o presidente. Logo em seguida, a consultora jurídica do TCE, Andréia Lima, falou da alegria da realização do evento, unindo a comunidade jurídica do Estado. O encontro contou com a presença de quase 400 pessoas e foi realizado no auditório da Escola de Magistratura – Esmarn.



Abertura contou com palestra do professor José Mauricio Conti, docente da Universidade de São Paulo

EVENTO

A programação foi aberta com a palestra magna da Conselheira Substituta do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Milene Dias da Cunha, apresentando o tema “Pedagogia do Controle: Tribunais de Contas e a boa gestão pública”, em que defendeu uma maior inserção de aspectos sociais e econômicos na esfera do direito, no exercício do controle social.

Em seguida, foi realizada a mesa “Equilíbrio Fiscal, Regime de Recuperação Fiscal e Despesas com Pessoal”, a cargo do professor José Mauricio Conti, Livre Docente em Direito Financeiro da USP e do procurador-geral do Ministério Público de Contas, Luciano Ramos, com mediação da coordenadora do CAOP Patrimônio Público, Beatriz Azevedo. “Manter o equilíbrio fiscal, desenvolver um sistema de gestão fiscal responsável num país em desenvolvimento não é algo fácil”, ressaltou Conti, mostrando a complexidade do equilíbrio entre receitas e despesas.

O procurador Luciano Ramos apresentou uma análise de como está a situação do eixo “Despesas com Pessoal” no Estado. “Atingimos 56,68% de comprometimento da receita. Estamos à beira de um colapso na prestação de

serviços públicos”, disse, ressaltando a necessidade de se fazer um planejamento para os próximos 10 anos, com um maior controle do orçamento e diminuição dos gastos.

A programação teve prosseguimento no período da tarde com as palestras: “Controle Interno e Tomada de Contas Especial com base na Resolução nº 018/2022/TCE”, pelo conselheiro substituto do TCE, Antônio Ed Santana; “Pensar o Direito de Modo Matricial”, a cargo da conselheira substituta do TCE, Ana Paula Gomes e a mesa “O Processo de controle externo e as ferramentas eletrônicas no TCE”, pelo secretário de controle externo Cleyton Barbosa e o diretor de informática, Vinicius Miranda, com mediação da auditora de controle externo, Anne Carvalho

O segundo dia de discussões foi iniciado com a fala da assessora de gabinete da Procuradoria Geral do Ministério Público de Contas, Mariana de Siqueira. Ela discutiu a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB). Uma mesa discutiu a execução e a eficácia das decisões dos Tribunais de Contas, com participação

do coordenador do Núcleo do Contencioso da Conju, Guilherme Boiko, Daniel Moraes, coordenador técnico-jurídico da Procuradoria-geral do Ministério Público de Contas, e mediação de Leonardo Medeiros Júnior, que é consultor jurídico do TCE. Em seguida, foi celebrado o aniversário de 35 anos da Consultoria Jurídica do TCE, que contou com uma homenagem do presidente da Corte de Contas, conselheiro Gilberto Jales.

Ainda foram realizadas uma mesa sobre Concurso Público e Contratação Temporária de Pessoal, com Sheyla Yusk, diretora de Atos de Pessoal, e Victor Rafael Fernandes Alves, diretor de Despesas com Pessoal, com mediação de Daniel Lacerda, que é assessor de gabinete da conselheira Maria Adélia Sales. Andrei Herberth, coordenador do Núcleo Jurisdicional da Consultoria Jurídica, falou sobre o lançamento do e-consulta, e, por fim, o procurador do Ministério Público de Contas, Thiago Martins Guterres, abordou o papel da assessoria jurídica na nova Lei de Licitações.

LANÇADA REDE DE ESCOLAS JUDICIAIS E DE GOVERNO

A Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira, do Tribunal de Contas do Estado é uma das instituições que integra a Rede de Escolas Judiciais e de Governo do Rio Grande do Norte (REJUG-RN), uma articulação entre instituições públicas que tem como objetivo proporcionar o aumento da eficiência e da eficácia da capacitação e aperfeiçoamento dos servidores e agentes públicos. O acordo de cooperação foi assinado em evento na sede da Escola da Magistratura Potiguar (ESMARN).

Sob a coordenação da diretora da ESMARN, desembargadora Zeneide Bezerra, a Rede é formada pelas seguintes instituições: Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte Desembargador Manoel de Araújo Silva – ESMARN/TJRN; Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira - ECPSLO/TCE-RN, do Tribunal de Contas do Estado ; Escola da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte – EALRN; Escola de Magistratura Federal do Rio Grande do Norte - ESMAFE 5ª Região; Escola

Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Norte Celina Guimarães Viana – EJERN; Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF/MPRN e Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte.

“A ideia de atuação em rede é um sonho coletivo que hoje está se transformando em realidade”, ressaltou a desembargadora Zeneide Bezerra, dando por fundada a Rejug. O presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, destacou a expertise das escolas participantes, que acumulam conhecimento e transmitem para a sociedade, dando como exemplo o trabalho em rede executado pelos tribunais de contas de todo o País, articulados pelo Instituto Rui Barbosa. “Esta rede vai promover a coesão do conhecimento, otimizar recursos e oportunizar aprendizagem. Havia a necessidade de formalizar uma iniciativa como esta”, ressaltou.

Com atuação conjunta, a REJUG-RN terá como compromisso a promoção da

aprendizagem baseada no desenvolvimento de competências e habilidades, a valorização da diversidade e o compartilhamento de recursos humanos entre as escolas durante a execução de atividades específicas, além do compartilhamento de boas práticas entre as Partícipes. Com uma proposta de gestão colaborativa e horizontal, a coordenação da Rede funcionará alternadamente entre as escolas, sendo a Esmarn, sob a direção da Desembargadora Zeneide Bezerra, a primeira a assumir a tarefa.

Logo após a assinatura, foi realizada uma apresentação cultural a cargo do Quinteto Musical da Secretaria de Cultura de Parnamirim. Logo após, foi a vez da conferência “Desafios e Resultados da inovação em rede”, ministrada por José Bezerra Marinho, professor formado em Direito pela UFRN, que é Consultor Organizacional com formação na Organization Development Association – ODA, em Los Angeles.



REJUG nasce com proposta de promover a capacitação e aperfeiçoamento dos servidores

OLHARES SOBRE A EDUCAÇÃO



Uma mega estrutura foi montada para a inspeção coordenada pela Atricon e outras instituições, realizada em todos os estados

Inspeções feitas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) em 30 escolas municipais do RN mostram que 73% das salas de aula visitadas são inadequadas. Falta de ventiladores, mobiliário quebrado e falta de ventilação são alguns dos problemas encontrados. As visitas foram feitas durante a Operação Educação, realizada em abril em todos os estados pelos 32 tribunais de contas do País. A porcentagem de salas com problemas no Estado é superior à média nacional, que ficou em 57% de ambientes inadequados. Outros problemas foram encontrados nas escolas municipais pelos auditores do TCE. Em 80% dos banheiros, foram identificadas inadequações. Cerca de 76% das escolas não tinham sabão disponível nos banheiros e em 53% não havia papel higiênico. Além disso, foram encontrados banheiros sem porta (46%). Nas cozinhas das escolas, também foram encontrados problemas, com 30% delas contendo falhas no armazenamento da alimentação. Em 83%, não há alvará da vigilância sanitária. As unidades também apresentaram problemas de segurança. Nenhuma escola visitada possui Auto de Vistoria do Corpo de Bom-

beiros e 60% não dispõem de extintores de incêndio, sendo que 66% dos equipamentos presentes estavam fora do prazo de validade. Câmeras de segurança estão ausentes em 76% das escolas e em 43% não há ronda escolar ou serviço de vigilância privada. “Os gestores serão citados para apresentarem planos de trabalho para readequação. Os conselhos municipais de educação também vão receber cópias do relatório. O TCE vai continuar com um trabalho de acompanhamento dos planos de readequação”, afirmou o presidente do TCE/RN, conselheiro Gilberto Jales. “Neste viés atual do controle externo, não se busca somente punir, mas orientar e dar a oportunidade de melhoria para o gestor público. O que se quer é que a política pública funcione”, complementou. Os técnicos do Tribunal de Contas identificaram falhas na infraestrutura das escolas em relação a ferramentas educacionais. Faltam bibliotecas em 46% das unidades e salas de leitura em 60%. Nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em 71% não há laboratórios ou salas de informática. Nas séries finais, o número é de 70%.

A OPERAÇÃO

O trabalho da Operação Educação envolveu técnicos de 32 Tribunais de Contas visitando escolas em todo o país para verificar a infraestrutura de 1.088 unidades de ensino. Cerca de 785 auditores participaram da Operação Educação, realizada entre os dias 24 e 26 de abril. No RN, 14 auditores participaram do trabalho.

As escolas foram escolhidas a partir de indicativos de situações críticas relacionadas à infraestrutura que constam no Censo Escolar e de acesso, pelas equipes, a trabalhos já desenvolvidos pela Corte no âmbito de suas competências. Os itens analisados englobam aspectos referentes à acessibilidade, estrutura e conservação, saneamento básico e energia elétrica, sistema de combate a incêndios, alimentação, esporte, recreação e espaços pedagógicos.

A iniciativa, uma parceria entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), tem o apoio técnico do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê de Educação (CTE-IRB), e ainda o suporte institucional da Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNP-TC). A participação do TCU inclui a possibilidade de fornecimento de dados relativos à educação básica do país.

EM FOCO A REESTRUTURAÇÃO DO IDEMA

O Ministério Público de Contas (MPC) firmou um Termo de Ajustamento de Gestão com o Governo do Estado para permitir a realização de um concurso público com 180 vagas para o Idema. O objetivo do TAG é possibilitar a estruturação da gestão ambiental do Estado.

A assinatura do Termo de Ajustamento de Gestão permitirá a realização do primeiro concurso público do Idema, com o cumprimento de algumas condicionantes, tendo em vista que o Estado do RN está acima dos limites com despesa de pessoal fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Atualmente, os processos de licenciamento ambiental são realizados por bolsistas de pesquisa. Para ser válido, o termo de ajustamento deverá ser homologado pelo Pleno do Tribunal de Contas do Estado.

O procurador-geral do Ministério Público de Contas, Luciano Ramos, destacou a necessidade de manutenção de uma equipe técnica permanente no órgão. “Não mais percamos oportunidades e deixemos de olhar para o capital humano que vai cuidar do desenvolvimento do Estado. Bolsistas, por mais brilhantes e treinados que sejam, não teriam condições de perpetuar um trabalho permanente”, disse.

Convidado a participar da cerimônia, o presidente da Corte de Contas, conselheiro Gilberto Jales, ressaltou a possibilidade de resolução de um problema antigo do Estado. “O TCE vai se firmando como uma casa de soluções e não de problemas. O Tribunal, através do Ministério Público de Contas, faz história”, disse.

“Um órgão como o Idema nunca teve concurso público, chegando ao ponto de sua estrutura depender de contratações temporárias em mais de 90%. Claro que isso é feito através de um processo de seleção pública, mas não é o desejável. O Idema é um órgão estratégico para a promoção do desenvolvimento do esta-

do, que carece de estrutura e de segurança jurídica pela própria sensibilidade do ofício”, ressaltou a governadora Fátima Bezerra.

O concurso será realizado para a formação de um cadastro de reserva. O Termo de Ajustamento de Conduta tem prazos estipulados para a nomeação dos aprovados. No primeiro semestre de 2024, serão nomeados 72 candidatos aprovados no concurso público e 50 vínculos de bolsas de pesquisa serão extintos. No primeiro semestre de 2025, serão 54 candidatos nomeados e 50 vínculos de bolsistas extintos. No segundo semestre, mais 54 candidatos nomeados e 60 vínculos de bolsistas extintos.

O TAG fixa ainda prazos para a realização do concurso. Em 10 dias após a assinatura, o Governo do Estado deve enviar projeto de lei para a Assembleia Legislativa com a definição legal das competências do órgão ambiental e criação dos cargos de provimento efetivo. Após a aprovação da lei, o governo terá 30 dias para dar início ao processo administrativo para a realização do concurso público. Por fim, o Poder Executivo também se compromete a reduzir o nível de despesas com pessoal.

O termo foi assinado em evento realizado no auditório do TCE, com a presença da governadora Fátima Bezerra; do presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales; do procurador-geral do Ministério Público de Contas, Luciano Ramos; do vice-governador Walter Alves; dos conselheiros do TCE, Paulo Roberto Alves e Maria Adélia Sales e dos conselheiros substitutos Marco Antônio Montenegro e Antonio Ed Souza Santana; do secretário da Casa Civil, Raimundo Alves; do diretor-geral do Idema, Leon Aguiar; do secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Paulo Varela; do secretário de Administração, Pedro Lopes; da promotora do Meio Ambiente, Gilka da Mata; dos procuradores do Ministério Público de Contas, Ricart César Coelho dos Santos e Carlos Galvão Barros, entre outros.



O TAG foi assinado entre o Ministério Público de Contas e o Governo do Estado

LIXO COM DESTINO CERTO

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Gilberto Jales, assinou um termo de cooperação técnica para a criação de um comitê interinstitucional para gestão de resíduos sólidos e saneamento. O ato foi realizado na sede do Ministério Público do Estado, na presença da procuradora-geral de Justiça, Elaine Cardoso. O acordo tem vigência por 60 meses, a contar a partir de 20 de junho de 2023, podendo ter seu prazo prorrogado.

O objetivo é desenvolver meios e caminhos resolutivos para, de forma eficiente e integrada, alcançar resultados práticos que garantam a regular implementação da política nacional de resíduos sólidos e do marco legal do saneamento no Estado, resguardando, como consequência, os interesses sociais relacionados à saúde, à dignidade da pessoa humana e à preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações. O acordo também visa buscar um maior compartilhamento de informações das ações e iniciativas sobre resíduos sólidos e saneamento básico, bem como promover espaço de diálogos interinstitucionais e disponibilizar material de apoio técnico e jurídico.



Presidente Gilberto Jales assina acordo de cooperação com a Procuradora-Geral de Justiça

Assinaram o documento, além do presidente do TCE, a procuradora-geral de Justiça, Elaine Cardoso; a coordenadora do Centro de Apoio Operacional às promotorias de Justiça de defesa do Meio Ambiente, Rachel Germano; o procurador-geral do Estado, Antenor Roberto; o procurador regional do Trabalho do MPT, Luis Fabiano Pereira; o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do RN, Paulo Lopes Neto; o diretor-geral do Idema, Leonlene Aguiar; o Defensor Público-Geral do Estado, Clístenes Gadelha; o Presidente da Federação dos Municípios do RN, Luciano Santos; o Presidente do CIM-Seridó e Prefeito de Serra Negra do Norte, Sérgio Medeiros; o Coordenador Técnico da Cáritas Diocesana de Caicó José Carlos Silva; e a presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), Maria Wagna Dantas.



continua na página 10.

FISCALIZAÇÃO INCLUÍDA NO PFA 2023/2024

Um dos setores inseridos no Plano de Fiscalização anual para o biênio 2023/2024, a política de resíduos sólidos será alvo de fiscalizações por parte do Tribunal de Contas em todo o Estado. A proposta, este ano, é fazer o levantamento de informações sobre a situação atual, levando em conta o novo marco do saneamento básico. “A partir do conhecimento sobre o cenário, vamos definir qual o tipo de fiscalização o Tribunal de Contas vai atuar”, explicou o diretor da Inspeção de controle externo, José Monteiro Coelho Filho.

O primeiro passo para isso foi dado com a apresentação do engenheiro Sérgio Pinheiro, técnico da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e recursos Hídricos – SEMARH que, atendendo a pedido, por ofício, de informações da Inspeção de Controle Externo do TCE (ICE), optou por fazer uma exposição “presencial” da situação, numa reunião que contou com a presença do presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales; o secretário de Controle Externo, Cleyton Me-deiros; a coordenadora do núcleo de Sustentabilidade do TCE, Marília Cunha Lima; além de Monteiro e técnicos da ICE.

O marco de saneamento envolve questões tais como o abastecimento d’água, esgotamento sanitário e drenagem, todos alvos de fiscalização do TCE, mas a reunião focou na questão dos resíduos sólidos, sobretudo a situação dos lixões, ainda presentes em vários municípios do Estado. Para amenizar ou resolver o problema, muitos municípios formataram consórcios, mas, para que funcionem adequadamente, torna-se necessário a conclusão dos aterros sanitários, inclusive com a definição da legalidade dos terrenos e marcos legais, entre outras questões.

Tema complexo que envolve ação do Ministério Público, por se tratar de questão ambiental, o Tribunal de Contas vem atuando na área há algum tempo, já tendo efetivado uma auditoria com foco na política de resíduos sólidos na micro-região do Seridó, envolvendo 25 municípios, e agora vai ampliar para todo o Estado. “O novo marco alterou a lei e trouxe inovações, tais como a possibilidade de fazer concessões para atrair investimento, tendo em vista que os municípios não estão conseguindo atingir as metas previamente definidas”, relatou Monteiro, mostrando a dimensão e complexidade do tema.



ÉTICA

CORREGEDORIA LANÇA NOVA CARTILHA



Em comemoração ao Dia Nacional da Ética, celebrado em 2 de maio, o Tribunal de Contas do Estado, por meio da Corregedoria, promoveu o lançamento virtual da “Cartilha de Conduta e Ética”, direcionada a membros e servidores, com objetivo de orientar os atos de todos que desempenham atividades e prestam serviços em nome da organização, enfatizando, em especial, os princípios e valores que norteiam a missão e o trabalho do TCE/RN. Através de material publicitário, será disseminado material gráfico com QR Codes dando acesso à cartilha, além das resoluções que instituem os códigos de ética direcionados especificamente para membros e servidores.

Define-se como Ética profissional, segundo a cartilha, o conjunto de normas de conduta e de deveres funcionais recomendados aos profissionais de determinada instituição, seja ela de caráter público ou privado. Assim, representa um mapa de valores que funciona como referencial para orientar as ações e as decisões de todos aqueles que fazem parte da entidade, independentemente da função que exerçam. Têm como finalidade assegurar que sejam respeitados o compromisso moral e os padrões de qualidade no comportamento social e profissional, tanto na vida pública como na particular, visando o atendimento cordial e a defesa da imagem da instituição e dos serviços prestados.

Com a divulgação da cartilha, busca-se reforçar os compromissos com os princípios éticos no ambiente de trabalho, com o desenvolvimento igualitário e solidário e com o alinhamento da gestão à integridade profissional e ao interesse público. Sendo assim, a leitura, compreensão e aplicação do referido documento torna-se recomendável como forma não apenas de difundir ainda mais os direitos, deveres e vedações dos servidores do TCE, mas também como forma de fomentar, ainda mais, um ambiente de trabalho saudável, ético, digno e realizador, ressaltando que a qualidade dos serviços prestados, assim como o comportamento e atuação do servidor, contribui para a credibilidade da instituição.

A cartilha pode ser acessada no site do Tribunal de Contas do Estado: tce.rn.gov.br

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN), por meio da Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, promoveu o curso “Licitações e Contratos Administrativos: o novo regime jurídico estabelecido pela Lei nº 14.133/2021”, com objetivo de atualizar os agentes públicos quanto a procedimentos e normas referentes às Licitações Públicas e aos Contratos Administrativos, demonstrando casos práticos, doutrina e jurisprudência acerca da matéria.

Realizado entre os dias 2 e 5 de maio, no auditório do TCE, o curso perfez um total de 20 horas-aula, em formato presencial. A capacitação foi ministrada pelo procurador do Ministério Público de Contas, Thiago Martins Guterres e pelos Analistas de Controle Externo, Fernando Leão e Vanessa Ubarana, sendo direcionada, neste momento, para as federações de Municípios (Femurn) e de Câmaras Municipais do RN (Fecam), além da Controladoria Geral do Município de Natal.

Na programação, o curso abordou a Lei nº 14.133/2021 (nova lei de licitações e contratos administrativos), sobretudo os aspectos pertinentes à sustentabilidade nos novos processos licitatórios, em razão de sua grande importância para a ges-

tão pública. No primeiro dia, o procurador Thiago Guterres iniciou focando o tema “Contratação Direta e Contratos Administrativos”, abordando desde o conceito, a formalização e execução do processo até a gestão e fiscalização do contrato. O módulo foi encerrado no segundo dia pela manhã.

O professor Fernando Leão ministra o tema “Licitações Públicas”, abordando o princípio da licitação até o encerramento com a adjudicação do objeto e a homologação do certame.

Para o encerramento, foi escolhido o tema “Planejamento das Contratações”, ministrado pela analista Vanessa Ubarana. No módulo, são apresentados aspectos da Nova Lei de Licitações; Objetivos do Processo Licitatório; Princípios e o Princípio do Planejamento; Governança nas contratações públicas; Gestão por Competências; Plano de Contratações Anual; Conceitos, etapas e elaboração dos instrumentos da fase interna do procedimento licitatório e seus requisitos de elaboração: Documento de Oficialização (Formalização) da Demanda; Estudos Técnicos Preliminares; Gerenciamento de Risco; Termo de Referência; e Minuta do Edital.



Curso foi direcionado para as federações de Municípios (Femurn) e de Câmaras Municipais do RN (Fecam), além da Controladoria Geral do Município de Natal

HOMENAGEM A CONSELHEIRA LINDALVA TORQUATO

O vanguardismo de Lindalva Torquato (1923-1996), primeira mulher a assumir o cargo de Conselheira de um Tribunal de Contas no Brasil (na época chamada de Ministra), além de também ser fundadora da Corte de Contas potiguar, foi lembrado no dia 25/05, data do centenário do seu nascimento, com o lançamento do livro “Mulheres no Controle Externo: uma homenagem ao centenário de Lindalva Torquato Fernandes, no final da tarde, e homenagem realizada pela conselheira Adélia Sales, na sessão do Pleno, pela manhã. Em ambos os momentos, foi registrada a presença de familiares da homenageada e diversas autoridades do mundo jurídico e tribunais de contas de vários estados do País.

O livro, organizado em conjunto pela juíza Adriana Cavalcanti Magalhães Faustino Ferreira, Andressa Guimarães Torquato Fernandes (neta de Lindalva) e Ana Cristina Moraes, destaca a história e o protagonismo de Lindalva Torquato, trazendo uma reflexão sobre o pioneirismo feminino potiguar e participação feminina na auditoria de controle externo. A obra conta com o prefácio da Ministra Emérita do Tribunal de Contas da União, Ana Arraes, e também aborda temas históricos e técnicos, envolvendo Direito e Finanças Públicas, além de relatos de casos e matérias de interesse do controle externo. A publicação tem o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), na ocasião representada pela conselheira Susana Azevedo (TCE-SE).

“Mais do que o lançamento de um livro, este é um momento simbólico para valorizar o papel da mulher na sociedade”, destacou o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, na abertura da solenidade. O espaço foi aberto para vários discursos, entre os quais o de Suzana Azevedo, que apresentou o perfil da representatividade feminina nos cargos de poder nos tribunais de contas do País. “Dos 231 conselheiros, apenas 29 são mulheres”, relatou, lembrando da ousadia e do protagonismo exercido por Lindalva Torquato, como referência para mulheres. “Ela representa um símbolo de luta e de direitos conquistados”. Ainda estiveram presentes conselheiras da Bahia, do Piauí e do Rio Grande do Sul, além das autoras da obra, entre as quais figura a conselheira potiguar Adélia Sales.

A programação contou ainda com os discursos das organizadoras da publicação, sempre focando o perfil de uma mulher que esteve muito a frente do seu tempo, galgando espaço num ambiente dominado por homens e que precisa ser mais equilibrado, para isso a necessidade das mulheres se mobilizarem para esta conquista, enfrentando os desafios que vão surgindo. O evento foi encerrado com o descerramento de um quadro de xilogravura, pela conselheira Adélia e por uma das filhas da homenageada, Sônia Fernandes Faustino, com a imagem de Lindalva, que ficará exposta no TCE como marca deste momento.

HOMENAGEM NO PLENO

Pela manhã, na sessão do pleno, a conselheira Adélia Sales ressaltou a importância do protagonismo feminino exercido por Lindalva Torquato no TCE. “Os avanços que hoje percebemos na inclusão feminina em espaços tão importantes para a sociedade são fruto de passos marcantes como os de Lindalva. Mesmo assim sabemos que ainda é preciso empenho para continuar a busca por maior representatividade em instâncias decisórias e em muitas áreas profissionais”, ressaltou.

“A trajetória da homenageada simbolizou uma mensagem para sua geração e para as gerações futuras. Ela descortinou, incontestavelmente, há mais de setenta anos, a bandeira da equidade de gêneros, quando às mulheres eram reservados, em geral, os papéis preestabelecidos de filhas, esposas, mães e donas de casa”, destacou, enfatizando: “Heroínas, como Lindalva, mostraram-nos que podemos tudo fazer – e fazemos bem feito –, podemos ser espelho para que nossas filhas, nossas netas, as próximas gerações de mulheres, se vejam capazes de alargar fronteiras, expandir a participação feminina e de estar presentes nos espaços em que podem influenciar as decisões e construir as mudanças de que tanto precisamos para buscar um mundo mais justo”.

Em seguida, ainda falaram o conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, lembrando da amizade e de momentos de convivência com a família de Lindalva; a procuradora do Ministério Público de Contas, Luciana Campos e a conselheira substituta Ana Paula, enfatizaram o caráter precursor da homenageada, abrindo espaço para o avanço das mulheres nos mais diversos cargos. Neto de Lindalva, Edson Faustino agradeceu, em nome da família, as homenagens feitas a sua avó

